



AGRICULTOR FAMILIAR QUILOMBOLA E SUA REPRODUÇÃO SOCIAL

MACHADO, Cinara Fontoura Dorneles¹
MERA, Claudia Maria Prudêncio de²

Palavras- Chave: Quilombola. Agricultura familiar. Reprodução Social.

INTRODUÇÃO

O sistema escravista foi instituído no século XVI, quando os portugueses colonizaram o Brasil, com fins econômicos, implantando a indústria açucareira como primeira grande fonte de exploração e enriquecimento. Para isto, utilizaram a mão de obra escrava, tanto dos nativos indígenas, quanto dos negros africanos.

Segundo Furtado (2001), a produção econômica, social e cultural do Brasil, desde o início de sua formação, esteve ligada ao trabalho escravo, a começar pela implantação da cana-de-açúcar. Segundo o autor, para ter êxito na empresa açucareira, era preciso garantir a mão de obra que era ainda escassa. O Brasil, por ser um país ainda pouco habitado e a escravização dos índios não sendo uma prioridade dos portugueses, que tinham um conhecimento no mercado escravo, trouxeram negros africanos para trabalharem na atividade açucareira.

Os negros sentiam-se insatisfeitos com esse processo e buscavam através das fugas a sua liberdade, o que favoreceu a formação dos quilombos, os quais surgiram no Brasil durante e após a Abolição da Escravatura de 1888. A partir de Anjos (2004), pode-se dizer que o primeiro conceito de quilombo remete ao passado, em que escravos fugidos buscavam refúgios nas áreas de mata fechada, para protegerem-se do trabalho escravo e dos maltratos sofridos pelos grandes senhores. Ainda de acordo com o mesmo autor, estes indivíduos tinham um modo próprio de vida, com plantações e animais que supriam as necessidades alimentares. Após a abolição formaram-se os quilombos da “atualidade” para que grupos

¹ Mestranda do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: cinarafdm@hotmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Rural, pela UFRGS. Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ – Mestrado. E-mail: cmera@unicruz.edu.br



criassem força para sobreviverem em meio a uma realidade onde mesmo não sendo mais escravos, foram entregues à própria sorte, sem oportunidade de estudo e trabalho nas cidades e ainda sofrendo com a discriminação racial. A vida em grupo e afastada da sociedade escravocrata era a solução encontrada.

Segundo Avancini (2009), a grande conquista das comunidades negras, que preservaram elementos de vida coletiva em redutos territoriais, aconteceu com a introdução do Art. 68 da Constituição de 1988, que foi regulamentada pelo decreto 4887 de 2003, que permitiu a auto identificação étnica de mais de 2800 (dois mil e oitocentas) comunidades quilombolas no país e mais de 150 (cento e cinquenta) no Rio Grande do Sul.

As comunidades quilombolas mantêm uma característica peculiar de se reproduzirem nos âmbitos social e econômico. Este agrupamento de pessoas que compartilham uma memória histórica e cultural comum, e estão ligado por laços de parentesco, constituindo-se num modelo de sociedade. São agricultores que vivem num território e vivenciam a solidariedade e reciprocidade, seja por meio das trocas, de mutirões, festas e comemorações.

Diante deste contexto, este trabalho pretende abordar as formas de reprodução social dos remanescentes de quilombos da atualidade, tendo o modo de agricultura familiar como base deste processo.

METODOLOGIA

Este estudo tem um caráter descritivo, que segundo Gil (1998), caracteriza-se pela busca da descrição de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Para a coleta de dados foram utilizadas fontes bibliográficas que contribuíssem para a melhor compreensão sobre o modo de reprodução social dos agricultores quilombolas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A relação do negro com a terra, faz parte de sua raiz cultural. A produção agrícola surge como a possibilidade de manter a sua identidade e autonomia. A terra possibilita plantar aquilo que tradicionalmente compõe sua base alimentar e também o sustento econômico e social.



Segundo Anjos (2004), a atividade de trabalho na roça, além de expressar uma atividade comunitária, também revela que o domínio da cultura agrícola é transmitido de geração a geração, como um conjunto de técnicas e de valores tradicionais, peculiares à matriz africana.

O trabalho na agricultura para o quilombola é sinônimo de cimentação social. Segundo Buti (2014), plantar para o remanescente de quilombo, é mais que uma ocupação, é uma prática necessária em seu cotidiano, um ofício que compõe a identidade agrícola e quilombola. O “saber plantar”, é transmitido de geração em geração. E, não plantar o próprio alimento é tido como um “desgosto”.

Esta herança cultural, do contato com a terra, relaciona-se aos tempos do escravismo, ao que se pode chamar de “brecha camponesa”. Segundo Müller (2006), os agricultores escravos ou livres mantinham uma lógica camponesa de relação com o meio e com a sociedade envolvente, inclusive com os seus senhores. Consistia na cedência de gleba de terras por parte do senhor aos seus escravos e ex-escravos para que ali cultivassem, inibindo fugas e contribuindo com uma imagem do “bom senhor” por propiciar, dentre outros fatores, a fixação da família em uma “ilusão de propriedade”. Com esta premissa, o agricultor quilombola tinha como produzir seu alimento.

Da mesma forma, Cardoso (1987), diz que o termo “brecha camponesa” surgiu de estudos realizados no contexto das Antilhas, no período da produção açucareira escravista, onde os plantios realizados em pequenos lotes de terra concedidos aos escravos pelo grande fazendeiro, no interior da fazenda, eram identificados como atividades do denominado “protocampesinato escravo”.

Para o agricultor quilombola trabalhar a terra, limpá-la, ará-la, plantar e posteriormente colher o alimento, significa pertencimento à terra que lhes dá sustento e vida e por isto querem nela trabalhar. O trabalho na terra “dos outros” é um constante incômodo, pois, após muito trabalharem e cuidarem daquela terra, deverão abandoná-la. Segundo ele, “se é dono, tem de plantar.” (BUTI, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base da reprodução social dos quilombolas vem do contato com a terra, ou seja, através da produção agrícola. Pela agricultura se concretiza a identidade cultural dos negros, seja através da transmissão de sabers entre gerações ou dos alimentos produzidos que fazem



parte da matriz africana e ainda pelo trabalho desenvolvido pelos próprios membros da família. Também as trocas da produção entre vizinhos e parentes, os mutirões, a hierarquia dos saberes, a organização em volta do rural, acabam promovendo a autonomia e desenvolvimento social dos quilombos da atualidade.

Para trabalhos futuros devemos considerar que o modo de reprodução social dos quilombos está relacionado ao território e ambiente ao qual estão inserido, pois o seu meio interfere no modo de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sergio Baptista da. (org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. O sagrado na tradição africana e os cultos afro brasileiros. In: **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BUTI, Rafael Palermo. **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural da Comunidade Quilombola de Júlio Borges (Salto do Jacuí)**. Porto Alegre: INCRA, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês. O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1998.

MÜLLER, Cintia Beatriz. **Comunidade Remanescente de quilombo de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de “remanescentes de quilombos”**. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRGS, Porto Alegre, 2006.